CONCLUSÃO

A História destas mulheres sem dúvida é um acréscimo e uma contribuição aos estudos sobre papéis sexuais, dando-lhes uma outra fisionomia na medida em que descreve práticas específicas de interferências ou de significações simbólicas que terminam por delinear uma cultura feminina que mistura o público e o privado no seio de suas comunidades, dando condições de romper com as dicotomias que são amplamente privilegiadas nos estudos de gênero e abrindo novas possibilidades de reconhecimento de suas identidades femininas, como também oferecendo subsídios sobre as intervenções femininas na vida urbana, a problematização do modo que os excluídos tem sido tratados e abrindo uma brecha para que se possam compreender de perto suas realidades.

O Estado brasileiro assume de forma parcial a tarefa de apoiar as mães. É necessária uma consciência pública dos efeitos da natalidade, e de sua força de trabalho e que acaba por retardar a emancipação das mulheres.

É importante ressaltar que questões de gênero são plurais, principalmente, em seus enquadramentos políticos. Há muita competição nestes lugares, lutas e conflitos, disputas por poder, complexa rede de relações entre as mulheres da mesma classe e ou de classes diversas devido ao nível de instrução, de raça e de geração.

Segundo Costa (2000):

O exame desses deslocamentos e das performances masculinas e femininas não só nos revela os limites da noção de patriarcalismo, como engendra a superação do determinismo biológico como paradigma, levando a reconhecer o exercício do poder de diferentes sujeitos históricos- independente da anatomia sexual- mesmo quando admitidos como excluídos da memória, em escalas e circunstâncias pouco usuais em certas tradições historiográficas (COSTA, 2000, p. 10).

O feminismo foi se expandido e conviveu com as diversidades sociais pertinentes a nossa sociedade e com mobilizações diferenciadas sobre as questões propriamente feministas, basicamente as que se referiam às relações de gênero; ganhando mais espaço no plano das políticas públicas nos anos 80 quando se consolida o processo de abertura política no país. Foi neste momento

que muitas ONGs surgiram no cenário brasileiro fazendo pressão ao governo em relação aos direitos sociais, principalmente aos direitos que vinham sendo negados às minorias populacionais como as mulheres, os negros e tantos outros.

A corrente feminista privilegiada neste estudo é a que se preocupa, sobretudo com o terreno fluido da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado, e se manifesta na reflexão da idéia de que o “pessoal é político”.

A dimensão da subjetividade ao teor libertário feminista é o fato de que o feminismo, embora diga respeito às mulheres em geral, se refere a mulheres em contextos dos mais variados - políticos, sociais e culturais específicos-, que implica recortes e clivagens que dividem estruturalmente o mundo identificado como feminino, enfrentando ainda a circunstância de ser uma ideologia que tem marcas sociais precisas, o que pressupõe recursos de ordem simbólica não acessíveis a todas as mulheres, marcadas profundamente por desigualdades sociais. A relação da mulher com o homem, o casamento como meio de vida e o significado da maternidade possuem fortes marcas culturais, e as oportunidades para as mulheres não são iguais, embora, genericamente, o feminismo traga benefícios para todas as mulheres. Neste sentido é necessário analisar a pluralidade das mulheres e as relações marcadas pelos interesses e conflitos políticos mais gerais, o que lhes dá sentido histórico. Há muitos feminismos, e no âmbito do movimento buscou-se resolver a contradição entre a ênfase política e a subjetividade pela inclusão do mundo privado na arena política, criando a possibilidade de uma nova objetivação de experiências existenciais sociais do que seja ser mulher e também como manifestação coletiva formulada como politização do mundo privado, que mesmo em sua singularidade diz respeito às relações de poder das mais generalizadas.

Estas histórias de vida nos revelam lutas contínuas de inclusão social e a marca promissora de novas configurações sociais femininas. Em cada narrativa e em cada lembrança, a escrita da história destas mulheres e dos seus feminismos transporta no tempo e no espaço suas alegrias e tristezas, e nos revelam sentimentos de outras inúmeras mulheres que raramente têm a

oportunidade de falar. A dramaticidade de suas experiências expressa o sentido de suas ações, revelam processos dinâmicos de exclusão x inclusão, invisibilidade x visibilidade e abandono x proteção. Resgatam vidas, tornam-se de certa forma mães de inúmeras pessoas, doam seu tempo na construção de uma sociedade mais digna e de um futuro melhor, vão além de seus papéis de mãe no espaço privado, pois se preocupam com o bem estar de outras crianças e adolescentes das comunidades.

Segundo Binenbojm (2004), uma afirmação conhecida de Hannah Arendt é a de que os direitos humanos não são um dado, mas um construído, uma invenção humana, um pressuposto histórico em constante processo de construção e de reconstrução.

Neste sentido, as trajetórias das histórias de vida destas mulheres fornecem dados realistas e abrangentes de um tecido social maior e por que não dizer, fotografias e fragmentos de feridas sociais abertas e expostas que na tessitura dos acontecimentos revelam dados e traços culturais marcantes da sociedade em que se vive e que podem ser reconstruídos a todo o momento.

É possível mudar a escolha daquilo que é representável e a perspectiva micro não goza de nenhum privilégio e é apenas um distanciamento do modelo hegemônico privilegiado pela história social. A micro-análise é um recurso que permite romper com hábitos adquiridos e possibilita rever instrumentos e procedimentos em termos de escalas particulares, variáveis e médias.

Ainda segundo o mesmo autor, a história social tendo decidido organizar seus dados dentro de categorias que permitem a agregação máxima (níveis de fortuna, profissões e etc) deixa-lhe escapar tudo que diz respeito aos comportamentos, a experiência social, a constituição de identidades e de grupos e se proíbe por conta de seus métodos de integrar dados variados.

Quando se consegue ter olhos para ver e ouvidos para escutar a voz da diferença, seus discursos enriquecem, além de estar-se a fazer um exercício de cidadania. Estas mulheres, através de suas ações, tornam-se as porta-bandeiras de uma busca incessante de luta pelos direitos humanos e que, geralmente, são esquecidas e maltratadas pelo poder público.

São histórias de vida de pessoas simples e comuns que não possuem títulos, mas que trazem verdadeiros exemplos de busca de um ideal maior, acrescentando um novo sentido da palavra comunidade e enriquecendo o feminismo brasileiro, na busca da solidariedade e da paz para todos os seres humanos nestes tempos de globalização onde a pobreza, a exclusão e a desigualdade imperam. Suas vidas são exemplos de mulheres que em seu tempo ampliam e revigoram espaços afirmando que “o pessoal é político”.

As lideranças femininas, em sua grande maioria, possuem um nível de instrução elevado, suas lutas não estão engajadas em nenhum partido político ou movimento social formal, mas são lutas de pessoas anônimas que em seus informalismos conseguem fazer a diferença através das relações que travam e principalmente sobre o sentido das relações como fundamento de suas intenções travadas em seus cotidianos.

A questão então que preocupa hoje é a educação das pessoas, que no novo sentido de comunidade, não repousa mais sobre "o ter em comum" como o fundamento necessário da comunalidade como nas comunidades primitivas, mas sim sobre pessoas que, formadas e ordenadas diferentemente, mantém uma relação autêntica entre si. Comunidade então passa a ser um conceito a partir da situação da humanidade contemporânea e significa aqui e agora, multiplicidade de pessoas, de modo sempre que seja possível para qualquer um que a ela pertença estabelecer relações autênticas, totais e sem finalidades pessoais. De modo que esta relação exista entre todos os membros. E mais, o importante são as centelhas, os acontecimentos verdadeiros.

Ainda Segundo Costa (2000):

Se a complementaridade dá conta de uma realidade em que a associação da mulher e do homem revela-se necessária, ela apaga o fato de que a distribuição de tarefas possui, apesar de tudo, um pólo positivo e um pólo negativo e de que contém nela um sistema de valor hierárquico (COSTA, 2000, p. 12).

Outra questão seria levar em conta o jogo das compensações, consentimentos e oposições que geralmente se encontram enfraquecidas pela

necessidade constante de oposições simbólicas entre os sexos e que acabam por mascarar a relação dialética que se constrói nos tempos e espaços.

Neste sentido tornam-se mais claros os mecanismos que se operam nos esquemas de interiorização onde a dominação masculina perpetua-se de geração a geração que povoa o imaginário público e privado nas relações sociais. Toda cultura se desenvolve por meio de tensões e conflitos permanentes, que se desenvolvem através de contratos e compromissos estabelecidos entre os indivíduos; neste sentido a dominação masculina é uma expressão de desigualdade como dentre tantos outros mecanismos de opressão e de dominação vigentes.

O nível de opressão masculina varia segundo as épocas; a fraqueza feminina e seu capital maternal lhes valem como uma relativa proteção principalmente no mundo do trabalho, mas que pode servir também como um instrumento de luta e de poder. Este feminismo informal ou feminismo popular se reveste de outras formas, não formais, mas coloca em xeque a dominação política dos homens e exprime revolta e resistência essencialmente femininas, ocasionando, desta forma, uma ruptura no campo social, político e cultural dos mesmos.

Há que se pensar nas Mães da Plaza de Maio (Argentina) e especialmente nas Mães de Acari (Brasil) - mães de onze jovens seqüestrados e mortos em 1990, estas últimas que lutaram para reduzir as injustiças independente do sexo e da posição desprivilegiada que possuíam no ethos cultural brasileiro. Conseguiram que suas vozes femininas triunfassem, dando um exemplo rico de esperança rumo a um mundo mais justo e solidário. São lições de vida para tantas outras mulheres que se revoltam contra as atrocidades que recaem sobre a população pobre ou "extermínio dos pobres", como o caso do extermínio de Vigário Geral ou a chacina de oito crianças na porta da Igreja da Candelária, cometidas contra seus filhos e de tantos outros filhos de outras mulheres.

As lideranças femininas deste estudo são mulheres de fibra, estão inseridas num jogo dialético de poder (sua condição feminina ajuda a

reconhecer os deslocamentos de um sexo para o outro), e mais, resolvem problemas dos mais variados, são respeitadas pelas articulações que travam com políticos, ONGs e outras instituições governamentais que lhes confere prestígio e um capital simbólico (utilizando a terminologia de Bourdieu) à frente dos demais moradores sejam eles homens ou mulheres.

Isto não significa em absoluto que as líderes tenham qualquer tipo de poder decisório em relação aos projetos sociais do qual elas se inserem. Umas tem e outras não, mas, o que

importa no momento é perceber o deslocamento do papel de vitimização secular das camadas pobres femininas para o papel de agentes comunitários que percebem e lutam por seus direitos da forma que conseguem.

A inserção da mulher de baixa renda na esfera pública e o controle da natalidade se fazem, não por opção, mas são requisitos para a sobrevivência da unidade familiar, fato que se refletiria na aceitação, por parte dos homens, do controle da fecundidade e do trabalho extra-doméstico da mulher.

Por outro lado, a possibilidade de sobrevivência da mulher sem uma figura de marido amplia-se pela expansão de emprego feminino e possibilita a afirmação de independência individual.

Segundo Anderson (1994), feminização da pobreza na América Latina é acarretada por diversas circunstâncias, entre elas o êxodo rural, o papel da mulher como cuidadora dos diversos problemas familiares e a chefia feminina em caso de separação, viuvez ou desemprego do conjugue. Para a autora, os ingredientes da pobreza entre as mulheres agrupam-se em quatro categorias que se relacionam com o trabalho remunerado e o mercado de trabalho, os ativos sociais e culturais das mulheres, a organização familiar, o trabalho não remunerado e as questões das políticas públicas.

Há uma transformação nas formas de urbanização, nas formas de apropriação nas cidades determinada pelo avanço tecnológico, a globalização e as formas de exploração comercial. Há condomínios fechados com grades para protegerem-se da pobreza e da violência urbanas. A desigualdade está caminhando a passos largos e a pobreza urbana se tornou um problema social de

difícil resolução. Os prédios grandes se multiplicam e podem estar em qualquer lugar. A existência desses espaços urbanos produziu, por outro lado, uma degenerescência de outros espaços na cidade, que estão, estes sim, sendo ocupados pelos mais pobres como no caso das favelas. O medo das pessoas e o preconceito na cidade crescem a cada dia e o medo da violência justifica, muitas vezes, uma violência prévia.

A inferioridade feminina que encontra suas raízes na diferença sexual estende-se a todo o seu ser, em particular à sua inteligência e educação. A mulher, na literatura é excluída de qualquer saber. O sentimento e a razão apresentam-se como suplementos da beleza.

Esta inferioridade à razão foi cultivada através dos séculos até sua gradual ruptura com as conquistas feitas pela mulher dos anos 70 do século XX até o século XXI. A mulher se infantilizava à medida que não tinha coragem nem de ultrapassar o limiar da domesticidade por temer ir contra o que lhe foi legado.

Em todos os campos do saber há afirmações que hoje parecem absurdas, mas que receberam todo o respaldo científico. Por exemplo, a medicina social atribuía à mulher, por questões biológicas, a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação à sexualidade e a vocação maternal. Em oposição o homem conjugava sua força física a uma natureza autoritária, racional e empreendedora. As mulheres dotadas de grande erotismo e maior inteligência foram despidas de sentimento e de maternidade e consideradas perigosas. Muitas vezes, estas mulheres terminaram em hospícios, prostíbulos ou prisões porque a sociedade não permitiria sua presença dentro da micro-cultura.

Estas teorias construídas por homens que estabelecem um duplo discurso, do homem sobre o homem e do homem sobre a mulher, sem liberdade, convertem uma relação de diferenças numa hierarquia de desigualdades.

O fenômeno da chefia se estabelece como uma negação do padrão dominante: a chefia masculina. Contribuições recentes apontam para os efeitos da chefia no que se refere aos conceitos e categorias de análise.

Segundo Carvalho (1998) A chefia feminina é fundamental dentro da história conjugal no que tange a responsabilidade pela manutenção domiciliar. A chefia feminina cresce mais nas classes pobres, pois se aplica às situações onde as mulheres lideram sozinhas seus lares. O que tem causado debate é a limitação do termo chefia. Chefia como autoridade do núcleo familiar ou como poder econômico advindo de sua manutenção?

A definição de chefia feminina continua tendo como ponto central a ausência do companheiro e é considerada uma variante do tipo familiar padrão. Enquanto trabalhadora, a mulher se insere no mercado com uma sub-representação nas atividades menos remuneradas, no setor informal da economia e com muita discriminação quando estão no setor formal com grande diferença nos ganhos em relação ao homem. Ainda segundo Carvalho(1998) Para entender-se melhor o que a chefia feminina representa, esta ainda delimita-se ao grupo de mulheres sem parceiros, devendo este se agregar às mulheres casadas e mantenedoras, sem excluir as mulheres mais velhas e aquelas sem filhos.

A luta do gênero mulher continua apesar das desigualdades e discriminações. A provedora luta por sua independência e tem conquistado mudanças nas comunidades. Há fatores importantes para a inserção no mercado tais como escolaridade e capacidade de trabalho.

Foi possível notar que, apesar das inúmeras adversidades surgidas com o preconceito de classe social e de gênero, estas mulheres vão em frente em busca de alcançar seus objetivos. Primam pela capacidade de tornar questões pessoais em questões políticas, alertando que estas histórias de vida mostram a indissociabilidade da esfera política e pessoal.

São trajetórias de vida marcadas pela falta de justiça social e de oportunidades iguais para todas e que se desnudam como uma trama que desenha cores fortes e reais em um cenário democrático como o brasileiro, mas que na realidade expõe a representação de um Brasil onde ainda imperam a corrupção, a violência, as desigualdades sociais e a ilusão de uma harmonia racial.

São quadros sociais de uma memória coletiva, que diz muito a respeito do mundo do trabalho feminino, de suas representações sociais e da presença da política naquilo que é pessoal ou privado. Estas três mulheres desafiaram, em pelo menos por 20 anos de luta, a violência e o desrespeito aos direitos humanos.

Revelam dimensões da vida que não reafirmam imagens e idéias estereotipadas e estigmatizadas de negras, faveladas, pobres de cunho inferiorizado e classes perigosas na escala social das “mulheres de favela”, mas, ao contrário, fazem acreditar que elas têm um papel importante como agentes de transformação social.